

# O ESTADO DE S. PAULO

## Clima não permite mais postergações

WASHINGTON  
NOVAES

Nesta semana está se realizando mais uma rodada de negociações entre países para tentar chegar a acordo que permita reduzir as emissões de poluentes que afetam a área do clima. Segundo a Convenção do Clima, 50 países que respondem por 70% das emissões já mandaram (28/8) suas propostas para o compromisso geral a ser firmado em dezembro em Paris. Mas a própria secretária-geral da convenção, Christiana Figueres, admite que as propostas recebidas não chegarão a uma redução global que impeça aumento da temperatura terrestre acima de 2 graus Celsius – embora sejam “um bom ponto de partida”.

Quase todos os países “desenvolvidos” já mandaram suas propostas; entre os demais, só metade, embora eles já sejam hoje responsáveis por pelo menos 50% das emissões. Logo em seguida a essa rodada haverá outra, no Chile, para discutir mecanismos de mercado para o comércio de carvão (o pior dos poluentes), financiamentos para a área do clima, tecnologias para redução do carbono.

Mesmo que tudo corra no melhor dos mundos, ainda falará internalizar os acordos entre todos os países (se a eles se chegar, a partir do rascunho de 86 páginas, com até dezenas de alternativas em cada item) nas legislações nacionais de cada um, para que tudo entre em vigor a partir de 2020.

Já há muito tempo um dos cientistas mais respeitados nessa área, Nicholas Stern, da Universidade de Leeds, vem advertindo que seria muito “perigoso” não chegar a um acordo – os custos seriam mais altos que o de ações concretas de todos os países. Os impactos seriam espalhados por todo o mundo, de longa duração e atingindo centenas de milhões de pessoas. Isso porque a concentração de gases na atmosfera terrestre, que estava em 285 partes por milhão de dióxido de carbono ou equivalentes (ppme) no século 19, já chegou a 445 ppme, cresce mais 2,5 ppme a cada ano e pode chegar a 750 ppme no fim deste século – com custos “catastróficos nas áreas econômicas e em número de vítimas. Os países “desenvolvidos”, com

um sétimo da população mundial, são responsáveis por 50% das emissões; os demais, pelo restante, embora as emissões *per capita* destes estejam na média em um terço das dos países mais ricos.

Já são muitos os problemas graves em toda parte em consequência da devastação de ambientes e do aumento da temperatura. O respeitado biólogo Thomas Lovejoy lembra (16/5) que a Amazônia está muito perto de chegar ao desflorestamento em 20% de sua área; se chegar, o ciclo hidrológico será muito afetado. Metade do que chove no bioma é gerado por evaporação e transpiração da água absorvida pelas plantas, que depois volta para a atmosfera. Já parece indispensável a Lovejoy uma ação de reflorestamento

### Já são muitos os problemas graves em consequência da devastação ambiental

intensivo, porque o ciclo amazônico também é fundamental para todo o País e até para a Argentina. No Sudeste, os efeitos negativos do desmatamento na Amazônia somam-se ao aquecimento global e ao desmatamento na própria região.

Estudo de cem cientistas da Universidade de Leeds na revista *Nature*, mencionado pela *Agência Estado* (20/3), informa que se tem reduzido para a metade a capacidade da floresta amazônica de absorver carbono, que era de 2 bilhões de toneladas anuais na década de 1990. E, segundo o jornal *The New York Times* (16/1), a temperatura registrada no mundo desde 1880 foi recorde em 2014. Os dez anos mais quentes aconteceram de 1997 para cá. Já o *USA Today* (31/7) registrou que em Bandar Mahshahr, no Irã, a sensação térmica chegou a “quase 77 graus Celsius” durante uma onda de calor no Oriente Médio; a média foi de 49 graus e a recomendação do governo foi de que as pessoas evitassem sair de casa; no Paquistão morreram mais pessoas por causa de calor que por terremotos. Geleiras, segundo o *Journal of Glaciology*, derretem de 50 centímetros a um metro por ano (Eco-Finanças, 4/8). Esse aquecimento global terá “fortes consequências” em áreas de produ-

ção de alimentos, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO-ONU, 18/6).

Com todo o quadro inquietante, o Brasil só vai apresentar sua proposta de compromisso à Convenção do Clima “no último prazo”, porque a ciência “é um pouco deslocada do sistema de decisão controlado pelo Itamaraty”, segundo o cientista Paulo Artaxo, professor de Física na USP e membro do Painel do Clima da ONU (Instituto Socioambiental, 26/8). Ele acentua o “papel estratégico das florestas no armazenamento do carbono”, reconhece os esforços brasileiros para reduzir as taxas de desmatamento, mas entende que é preciso chegar ao desmatamento zero entre 2020 e 2030.

Em área paralela, o Brasil aderiu ao Pacto do G-7, em junho último, para não emitir mais poluentes do que é capaz de reabsorver; isso implica descarbonização da economia até o fim do século. E entre os esforços está o de zerar o desmatamento ilegal até 2030 e reflorestar 12 milhões de hectares, assumido pela presidente da República. Para o cientista Carlos Nobre, o País precisa reduzir as emissões na agropecuária e no setor de energia (*Folha de S. Paulo*, 20/8).

Relatório de 80 cientistas no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (Eco-Finanças, 28/8) lembra que os índices econômicos podem crescer quase 4% mais até 2030 com políticas adequadas e ambiciosas na área do clima. O PIB pode ir a R\$ 5,68 bilhões em 2030 com “planos audaciosos no clima” – 3,98% mais do que é previsto hoje –, principalmente para as áreas de agricultura, florestas, transportes e construção.

Como tem dito o respeitado pensador Sérgio Besserman Vianna (25/8), a proposta brasileira para a reunião decisiva da Convenção do Clima, em dezembro, “não faz feio”, mas “é medrosa”. E “poderia ser mais audaciosa, sem custo e sem atrapalhar o desenvolvimento econômico e social”. O ângulo mais favorável, a seu ver, é a redução do desmatamento na Amazônia.

\*  
JORNALISTA  
E-MAIL: WLRNOVAES@UOL.COM.BR